

# Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO X- Nº 78 - SETEMBRO DE 2022

[f](#) [t](#) [i](#) [v](#) @adufgsindicato

20ª DIRETORIA

## POR MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO, SALÁRIOS DIGNOS,



## JUSTIÇA SOCIAL E DIVERSIDADE

### DEZ ANOS DA LEI DE COTAS

GRUPOS  
HISTORICAMENTE  
EXCLUÍDOS ESTÃO  
MAIS PRESENTES NAS  
UNIVERSIDADES

Páginas 6

### CIÊNCIA

PESQUISA DA UFG  
E HARVARD PODE  
SER ESPERANÇA  
PARA PESSOAS COM  
DOENÇAS DA RETINA

Página 10

### ALERTA

EVASÃO PREOCUPA  
GESTORES DE  
UNIVERSIDADES  
FEDERAIS

Página 11

### ELEIÇÕES 2022

POLARIZAÇÃO  
REPRESENTA AMEAÇA  
À DEMOCRACIA?

Página 12

## Prestação de contas

### Julho de 2022

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	383.905,36
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	0,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.118,96
1.4	Receitas Financeiras	17.552,39
1.5	Outras Receitas	10.115,48
1.6	Resgate de aplicações financeiras	272.350,72
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	4.001,86
<b>Total R\$</b>		<b>681.041,05</b>

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	106.369,09
2.1.2	Encargos Sociais	85.998,48
2.1.3	Seguro de Vida	587,42
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	5.712,84
2.1.5	Ginástica Laboral	758,74
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	42.579,26
2.1.7	PLS s/ Folha de Pagto.	1.319,37
<b>Total R\$</b>		<b>243.325,20</b>

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.700,98
2.2.2	Despesas com Correios	2.979,65
2.2.3	Energia Elétrica	5.410,11
2.2.4	Honorários Advocatícios	11.549,20
2.2.5	Honorários Contábeis	4.735,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400.002,27
2.2.7	Serviços Gráficos	7.380,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	6.500,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	5.703,87
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	844,17
2.2.11	Vigilância e Segurança	698,69
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00
2.2.13	Serviços de Informática	3.168,15
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	300,01
2.2.15	Água e Esgoto	2.134,50
<b>Total R\$</b>		<b>54.504,33</b>

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	4.296,99
2.3.2	Despesas com Táxi	281,78
2.3.3	Despesas com Coral	2.420,21
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	0,00
2.3.5	Diárias de Viagens	6.496,10
2.3.6	Tarifas Bancárias	1.099,92
2.3.7	Lanches e Refeições	19.452,63
2.3.8	Quintart	2.448,52
2.3.9	Patrocínios e Doações	12.198,76
2.3.10	Manutenção de Veículos	250,00
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	6.916,87
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	8.197,47
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	6.870,95
2.3.16	Hospedagens Hotéis	334,95
2.3.17	Material de expediente	819,80
2.3.18	Outras despesas diversas	21.673,57
2.3.19	Manutenção e Conservação	7.202,35
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	6.284,85
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.296,55
2.3.22	Despesas com eleições	8.863,20
2.3.23	Cópias e autenticações	519,04
2.3.24	Sextart Jataí	3.001,65
2.3.25	Sextart Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	4.334,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	18.889,55
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	2.750,92
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>147.900,63</b>

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	4.753,30
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	578,38
<b>Total R\$</b>		<b>5.331,68</b>

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	15.315,60
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	4.848,00
2.5.3	Proifex Federação	26.035,60
<b>Total R\$</b>		<b>46.199,20</b>

<b>Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$</b>	<b>497.261,04</b>
<b>3 Resultado do exercício 09.2021 (1-2)</b>	<b>183.780,01</b>

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	28.796,18
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	1.995,00
4.1.3	Veículos	147.650,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	3.324,05
4.1.5	Computadores e Periféricos	19.980,59
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>201.745,82</b>

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
<b>Total R\$</b>		<b>0,00</b>

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação	120,00
<b>Total R\$</b>		<b>120,00</b>

<b>Total Geral dos Investimentos R\$</b>	<b>201.865,82</b>
<b>5 Resultado Geral do exercício 02.2020 (3-4)</b>	<b>-18.085,81</b>

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

## EDITORIAL

### EM DEFESA DA DEMOCRACIA

“Nossa consciência cívica é muito maior do que imaginam os adversários da democracia. Sabemos deixar ao lado divergências menores em prol de algo muito maior: a defesa da ordem democrática”. O Jornal do Professor escolheu esse trecho da Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito para reforçar o apoio do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) ao caráter suprapartidário do movimento que nasceu a partir do documento escrito por juristas da Faculdade de Direitos da Universidade de São Paulo e que se desmembrou em todo o Brasil.

A carta foi escrita em reação às ameaças do presidente Jair Bolsonaro (PL) à democracia. Com medo de ser derrotado nas urnas, Bolsonaro dobrou a aposta nos ataques ao mesmo sistema democrático que já lhe conferiu oito mandatos. Torna-se cada vez mais necessário unir forças para reforçar a defesa do sistema democrático.

Bolsonaro sentiu a força da resistência democrática e, ao longo do mês de agosto, voltou a demonstrar desespero frente à iminente derrota eleitoral. Em um dos casos mais emblemáticos, o chefe do Executivo se envolveu em uma confusão física. Após ser chamado de “tchutchuca do Centrão” e ser questionado sobre medidas adotadas em seu governo, perdeu a compostura e tentou tirar o celular de um blogueiro à força.

Em seguida, o presidente chegou a declarar que respeitará o resultado das eleições, em caso de derrota. No entanto, apesar do aparente recuo, as forças democráticas precisam ficar alertas. A mobilização pelo Estado Democrático de Direito, independentemente da posição política, é fundamental. No entanto, trata-se de uma luta permanente, uma vez que a democracia se constrói diariamente, com respeito à Constituição, com instituições sólidas, com liberdade política e de expressão.”

**Redação:** (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com



20ª Diretoria Executiva  
Sindicato dos Docentes das  
Universidades Federais de Goiás

**Geci Silva**  
Diretor Presidente

**Luciene Dias**  
1ª Vice-presidenta

**Luís Contim**  
2º Vice-presidente

**Ricardo Moura**  
3º Vice-presidente

**Gláucia Carielo**  
Diretora secretária

**Tatiana Fiuza**  
Diretora de Comunicação, Promoções  
Sociais, Culturais e Científicas

**Flávio Silva**  
Diretor Administrativo

**Maria José Pereira**  
Diretora de Assuntos  
Educação e de Carreira

**Romualdo Pessoa**  
Diretor Financeiro

**André Geyer**  
Diretor de Convênios e de  
Assuntos Jurídicos

**Ana Kratz**  
Diretora de Assuntos de  
Aposentadoria e Pensão

**Geovana Reis**  
Diretora de Relações  
Interinstitucionais

## Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS  
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES  
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO X - Nº 78

SETEMBRO DE 2022

Professor Juarez Ferraz de Maia  
**Idealizador do projeto**

Cleomar Nogueira  
**Projeto gráfico original**

Rafael Vaz  
**Editor responsável**

Vinicius Braga (JP 3219 GO)  
**Reportagem**

**Revisão:** Hélio Furtado do Amaral

**Fotografias:** Erik Ely

**Diagramação:** Raphael Dourado

**Data de fechamento:** 12/09/2022

**Tiragem:** 2500 exemplares

**Impressão:** Stylo Gráfica

[jornaldoprofessor.adufg@gmail.com](mailto:jornaldoprofessor.adufg@gmail.com)

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -  
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

**Acompanhe nossas redes sociais:**  
@adufgsindicato

[www.adufg.org.br](http://www.adufg.org.br)



\*Sandramara Matias Chaves,

Luciana de Oliveira Dias e Karla Emmanuela R. Hora

Para quem sofre assédio, violência ou discriminação, as marcas são inúmeras, profundas e suas consequências imensuráveis. Tais atitudes acontecem no cotidiano por meio de ações sistemáticas que afetam psíquica e moralmente a pessoa vitimada.

Essas situações se materializam em toques não consensuais sobre o corpo, em piadas ou comentários maldosos ou irônicos, insinuações ou oferta de benefícios ou penalidades condicionadas a determinados 'favores' que não seriam obtidos se não houvesse alguma relação de hierarquia e poder envolvidos. Situações de assédio, violência ou discriminação podem se revelar ainda em repetições deliberadas de gestos, palavras ou comportamentos que causem constrangimentos ou produzam um efeito repressor.

Expressões como: "você não devia estar aqui", "você é capaz?" "Você vai dar conta disso?", "olhe o seu lugar", "você é até bonitinha", "a cozinha é logo ali", e outras tantas que remetem às características físicas, biológicas, psíquicas, de origem (lugar e renda), de orientação sexual, religiosidade... da pessoa envolvida, que visam colocá-la em uma situação de constrangimento, vulnerabilidade e hierarquicamente inferior, representam contextos de violências.

Ainda que não estejam disponibilizados dados do universo total de pessoas envolvidas em situação de assédio, violência ou discriminação no Brasil, podemos contar com dados fragmentados e incompletos que nos permitem algum avanço nas reflexões e críticas. Os poucos dados existentes divulgados pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Pesquisas, por instâncias de monitoramento ou pelos grupos envolvidos, fazem parte daqueles, cujas pessoas violentadas conseguiram denunciar.

Denunciar uma situação de violência não é fácil, portanto, a subnotificação deve ser considerada em qualquer perspectiva compreensiva e explicativa que se queira realizar. A pessoa denunciante é questionada desde o início: "o que você estava fazendo ali naquele horário?"; "veja a roupa que você usava"; "isso é coisa da sua cabeça" são expressões ouvidas por vítimas de assédio, violência de gênero e racismo, por exemplo.

Enquanto a vítima-denunciante é obrigada a se justificar e explicar a todo momento a violência sofrida, ainda são poucos os casos nos quais se questiona o

denunciado, o contexto ou as instituições. O desconhecimento e o não-envolvimento nos fatos são usados como motivo para ocultar as muitas violências que se seguem no cotidiano. Elas estão ali, mas ninguém vê e ninguém sabe. Assim sendo, a subnotificação

“ DENUNCIAR UMA SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA NÃO É FÁCIL, PORTANTO, A SUBNOTIFICAÇÃO DEVE SER CONSIDERADA EM QUALQUER PERSPECTIVA COMPREENSIVA E EXPLICATIVA QUE SE QUEIRA REALIZAR. A PESSOA DENUNCIANTE É QUESTIONADA DESDE O INÍCIO: “O QUE VOCÊ ESTAVA FAZENDO ALI NAQUELE HORÁRIO?”; “VEJA A ROUPA QUE VOCÊ USAVA”; “ISSO É COISA DA SUA CABEÇA” SÃO EXPRESSÕES OUVIDAS POR VÍTIMAS DE ASSÉDIO, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E RACISMO, POR EXEMPLO. ”

é uma característica deste tipo de situação. E isso reflete na continuidade do ciclo de violência.

Em que pese a aguerrida luta travada por pessoas sócio historicamente discriminadas e organizadas em movimentos sociais, a violência de gênero, assim como a fobia social às sexualidades dissidentes, cresce a cada ano. O racismo estrutural se torna cada vez mais letal, especificamente para a juventude negra e pobre, e mais cruel para qualquer pessoa negra neste país. A discriminação contra a pessoa idosa ou com deficiência viola a dignidade humana e impede o pleno exercício dos direitos dessas pessoas. Vale ressaltar também que a intolerância religiosa produz uma sociedade que rotiniza

## ASSÉDIO, VIOLÊNCIA E DISCRIMINAÇÃO: NA UFG NÃO!

comportamentos agressivos e o ódio entre as pessoas.

Visando debater essas questões, coibir e prevenir os diferentes tipos de violência (simbólica, psíquica, física e material) a UFG tem realizado importantes campanhas educativas e formativas.

O Conselho Universitário (Consuni), órgão colegiado máximo que reúne, além dos diretores das unidades acadêmicas, representantes de todas as categorias da comunidade universitária (docentes, estudantes e técnicos administrativos), aprovou em 2017 a Resolução Consuni nº 12/2017 que estabelece normas e procedimentos a serem adotados em casos de assédio moral, sexual e quaisquer formas de preconceito, no âmbito da UFG, bem como institui a Comissão Permanente de Acompanhamento de Denúncias e Processos Administrativos Relacionados à Questões de Assédio Moral, Sexual e Preconceito.

Desde então, campanhas como "Não é Não"; "Assédio, Violência e Preconceito: Aqui Não"; mesas redondas, rodas de conversa, palestras, lives e material publicitário têm sido produzido e amplamente divulgado.

O que temos ao longo dos anos são ações que ajudam a informar e orientar a denúncia sobre os casos de violência ocorridos. O mecanismo legal de apuração se inicia com a denúncia dessas violências na Ouvidoria. Os mecanismos de acompanhamento e monitoramento das denúncias de assédio, violência e discriminação recebidas via Ouvidoria da UFG registraram 320 denúncias entre 2016 e 2021, como pode ser visualizado no gráfico a seguir:

Durante os anos de 2016, 2017 e 2018 foram registradas 44, 56 e 48 denúncias respectivamente. Já, em 2019 é possível ver o aumento de registros. Este aumento pode ser interpretado como resultado das ações da UFG no enfrentamento aos diferentes tipos de violência. O que temos é um aumento da denúncia estimulado pela criação de procedimentos, instituição de organismo de monitoramento e realização de campanhas de enfrentamento às violências. Logo, o aumento do registro de denúncias indica confiança das denunciante na instituição. Em contrapartida, a redução dos registros para os anos de 2020-2021 deve ser tomada com cautela, uma vez que, o período de ensino e trabalho remotos levou a uma série de outras dificuldades dentre as

quais, o distanciamento físico do ambiente acadêmico.

Importante ressaltar que nem todas as denúncias constituem-se em casos, uma vez que o mesmo caso pode ser denunciado várias vezes. As denúncias são encaminhadas para a Comissão de Processos Administrativos e Disciplinares (CDPA), para proceder ao juízo de admissibilidade e dar os encaminhamentos subsequentes.

Considerando a aplicação da Resolução Consuni 12/2017 e os registros formalizados na UFG passíveis de apuração, entre 2017 e 2022 foram instaurados 88 processos.

O processo investigativo perpassa diferentes fases, desde o recebimento da denúncia, apuração e finalização. Para isto, os mecanismos de registro, monitoramento e apuração estão em constante desenvolvimento e melhorias visando, cada vez mais, proporcionar condições de acolhimento à vítima-denunciante,

segurança às testemunhas e aplicação eficiente dos mecanismos de apuração.

Muitos obstáculos ainda são encontrados pelas vítimas-denunciantes, dentre os quais, a necessidade de apresentação de informações sobre autoria, materialidade ou probatórios que possibilitem o andamento dos processos. Apesar das dificuldades, vários processos já resultaram em penalidades, dentre as quais citamos: advertência, suspensão e, até mesmo, demissão de servidores. Isto, por sua vez, evidencia o compromisso da instituição com o tema em questão.

Visando ampliar as ações de inclusão e combate às violências, ao assédio e às discriminações, em 2022, a UFG criou a Secretaria de Inclusão (SIN).

A SIN/UFG, liderada pela profa. Dra. Luciana de Oliveira Dias, representa um marco estratégico importante na política institucional da UFG, ao criar um espaço

permanente de diálogo com os grupos e segmentos social e historicamente discriminados. Com mais este arrojado e vanguardista passo dado, a UFG revela seu compromisso com a construção cotidiana de um ambiente saudável, de inclusão, justo e engajado na luta contra toda forma de violência.

Assédio, violência e discriminação não devem acontecer na UFG e em nenhum outro lugar!

*\*Sandramara Matias Chaves é Presidente da Comissão Permanente de Acompanhamento de Denúncias e Processos Administrativos Relacionados à Questões de Assédio Moral, Sexual e Preconceito da UFG, Luciana de Oliveira Dias é Secretária de Inclusão - SIN/UFG e Karla Emmanuela R. Hora é professora da Escola de Engenharia Civil e Ambiental da UFG.*



\*Adão José Peixoto

## DEFESA DA DEMOCRACIA

Nosso sistema político é a Democracia. A Constituição Federal, de 1988, no Título II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, garante, entre os direitos fundamentais dos indivíduos, o pensamento livre, ao determinar que “é livre a manifestação do pensamento” (Art. 5º, & IV). Já o Capítulo IV - Dos Direitos Políticos, Art. 14, prescreve que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos”, independente da condição econômica e social.

Democracia é o regime político em que todas as pessoas com direito ao voto participam diretamente, exercendo funções executivas ou legislativas para as quais foram eleitas, ou por meio da escolha de representantes para esses encargos políticos. Ela, a democracia, permite o exercício livre e igual da atividade política. É o regime de governo cuja origem do poder vem do povo. Por isso, um dos aspectos que define a democracia é a livre escolha de governantes pelos cidadãos mediante eleições diretas.

A democracia está alicerçada no Estado Democrático de Direito, isto é, na existência de uma Constituição que regulamenta a política, a vida pública e os direitos e deveres de todos. Portanto, são incompatíveis com a democracia: a discriminação, seja ela política, religiosa, étnico-racial; a defesa da ditadura; o ataque às instituições; a submissão da população à fome e ao desemprego; e os ataques aos direitos assegurados constitucionalmente. O governante num sistema democrático deve ser expressão da democracia real e não da pseudodemocracia.

É pseudodemocrático o governante que dissemina fake news, ataca o Estado Democrático de Direito, o sistema eleitoral, a magistratura e os direitos dos cidadãos. Também constituem uma negação da democracia e da Constituição Federal os ataques aos grupos políticos que não são da extrema direita, como

ocorre atualmente no Brasil, já que o Título I – Dos Princípios Fundamentais – Art. 1, & V – da Constituição garante “o pluralismo político”.

O Estado Democrático de Direito, o sistema eleitoral, a Justiça eleitoral e o Supremo Tribunal Federal têm sido sistematicamente atacados ultimamente. Em função disso a Faculdade de Direito da USP divulgou à população brasileira a Carta em Defesa do Estado Democrático de Direito, uma defesa da Democracia. Sou um dos signatários desta Carta. Ela afirma que: “Nossas eleições com o processo eletrônico de apuração têm servido de exemplo no mundo. Tivemos várias alternâncias

de poder com respeito aos resultados das urnas e transição republicana de governo. As urnas eletrônicas revelaram-se seguras e confiáveis, assim como a Justiça Eleitoral”. Em outro momento diz: “Ao invés de uma festa cívica, estamos passando por momento de imenso perigo para a normalidade democrática, risco às instituições da República e insinuações de desacato ao resultado das eleições [...] Ataques infundados e desacompanhados de provas questionam a lisura do processo eleitoral e o estado democrático de direito tão duramente conquistado pela sociedade brasileira. São intoleráveis as ameaças aos demais poderes e setores da sociedade civil

e a incitação à violência e à ruptura da ordem constitucional”. Podemos concluir conclamando com a Carta em Defesa da Democracia: “Estado Democrático de Direito Sempre!!!!”. Não à violência, às ameaças de golpe, ao autoritarismo e de ruptura democrática.

*\*Adão José Peixoto é mestre em Filosofia (PUCCAMP), doutor em Educação (USP) e professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG).*

“É pseudodemocrático o governante que dissemina fake News, ataca o Estado Democrático de Direito, o sistema eleitoral, a magistratura e os direitos dos cidadãos.”



# Contexto

Movimento Sindical, Articulação Docente, Conjuntura Política, Carreira, Jurídico, Cultura.

Por Luciene Dias

## Cobrança

O Adufg-Sindicato quer uma solução definitiva por parte da UFG sobre os problemas com os adicionais ocupacionais. Nos últimos anos, a entidade colocou a questão como uma das suas maiores prioridades e realizou diversas reuniões com integrantes da Reitoria e da Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor (DASS/SIASS). Junto ao Sint-Ifesgo, foi exigido que docentes e servidores tivessem acesso aos laudos completos.

## Promessa

Em abril, a UFG anunciou a contratação de um novo profissional de engenharia e segurança do trabalho. Em seguida, foi criado o Observatório de Insalubridade, com o objetivo de acompanhar todos os procedimentos. A expectativa era de que os problemas fossem resolvidos com transparência nas avaliações e que as concessões, bem como as revisões, fossem feitas de maneira justa.

## Providências

Infelizmente, as avaliações seguem de forma que têm prejudicado docentes e técnicos administrativos da universidade. O processo tem resultado na retirada de direitos trabalhistas historicamente adquiridos. Diante deste cenário, a diretoria do Adufg-Sindicato já solicitou uma nova reunião de representantes dos demais sindicatos envolvidos e seus departamentos jurídicos com integrantes da DASS. No entanto, a solicitação foi negada pela área responsável na UFG, o que é muito estranho e inaceitável.

## EBTT

O Adufg-Sindicato se coloca à frente na luta para equiparar a carga horária docente entre quem atua no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e quem trabalha com o magistério superior. Para isso, é fundamental a ampliação do código de vagas para a educação infantil. Não esqueçamos do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae), que reúne número significativo de EBTTs.

## Mulheres

O Observatório do Conhecimento, junto com Adufg e sindicatos de todo o Brasil, lançou o documentário “Ciência: Luta de Mulher”. Nas universidades federais de Goiás, o lançamento propiciou debates que despertaram o desejo pela realização de documentário local capaz de aglutinar mulheres cientistas em nosso Estado.

## Engajamento

Como sindicato forte da Proifes-Federação,

participamos ativamente do XVIII Encontro Nacional, que teve sede em Natal (RN), entre os dias 12 e 14 de julho de 2022. Engajada em todos os eixos do Encontro, a delegação do Adufg-Sindicato contou com nomes da diretoria e da base da UFG, UFCat e UFJ.

## Eleições

Com o início da campanha eleitoral, o Adufg tem dedicado tempo para debater com sua base a necessidade de garantir uma sociedade democrática e que respeite a categoria docente. Nosso posicionamento é de luta pela valorização profissional e pela cidadania plena.

## Representatividade

A base de professoras e professores aposentados do Adufg-Sindicato atua em diversas frentes para manter a força e a assertividade na implementação de políticas que beneficiem toda a categoria. Respeitar as trajetórias e lutar colaborativamente são duas das bandeiras mais pulsantes da entidade sindical.

## Exposição I

Sindicalismo e ações de formação cultural andam lado a lado. No mês de agosto, o Adufg-Sindicato recebeu a exposição de fotografias e poesias “Cerrado, água e vida: uma visão poética em prol da preservação ambiental”, de Tatiana de Sousa Fiuza.

## Exposição II

O Adufg-Sindicato recebe em setembro a exposição “Universo Feminino: Cores e Poesias”. O conjunto reúne óleo sobre tela de Salvador de Carvalho e poesias de Cora Coralina e Vinícius de Moraes. Para expor sua arte, basta procurar o Sindicato e ajudar a construir nossa formação cultural.

## Cinema

A inauguração da nova sede do Adufg-Sindicato trouxe junto a possibilidade de consolidação de um cineclube muito especial. Curadoria qualificada conduzida pelo professor Fernando Pereira e colaboração de um grupo grande e diverso. Os filmes são projetados todas as quintas-feiras, às 17h30, no auditório da entidade sindical.

## Ação

Após ação coletiva do Adufg-Sindicato, a Caixa Econômica Federal iniciou, no dia 6 de setembro de 2022, a devolução da contribuição indevida. Recebe ressarcimento quem teve descontos indevidos da Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor (CPSS) sobre um terço das férias, entre os anos 2000 e 2012. Somos contra a perda de direitos!



Diante dos ataques do presidente Jair Bolsonaro ao sistema eleitoral brasileiro, o Adufg-Sindicato marcou presença em ato público em defesa da democracia e da educação. Mobilização foi realizada em 11 de agosto, na Praça Universitária.

## Dinheiro

Para receber o dinheiro cobrado indevidamente, basta procurar a CEF da Justiça Federal ou do Campus Samambaia e informar que quer receber uma RPV em seu nome. Devem ser apresentados original de cópia de RG ou CNH ou Carteira Profissional; CPF; e comprovante de endereço recente.

## Improcedente

O Ministério Público do Estado de Goiás julgou improcedente o pedido do Observatório do Estado Social Brasileiro - UFG e do Observatório da Educação para a retificação do edital do Governo de Goiás para concurso público com mais de 5 mil vagas para docentes do Ensino Médio. O edital não prevê reserva de 20% das vagas para candidaturas de pessoas autodeclaradas negras, conforme a Lei 12.990/2014 para o serviço público federal.

## Espanhol

O mesmo edital do Governo de Goiás para concurso público com mais de 5 mil vagas não faz previsão de vagas para docentes de língua espanhola. A diretoria do Adufg-Sindicato entende essa ausência como um prejuízo à educação multicultural capaz de oferecer formação cidadã plena.

# DEZ ANOS DA LEI DE COTAS: HÁ O QUE COMEMORAR?

GRUPOS HISTORICAMENTE EXCLUÍDOS ESTÃO MAIS PRESENTES NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS, MAS ESPECIALISTAS APONTAM PARA A NECESSIDADE DE REVISÃO DA LEI

Vinícius Braga

A Lei 12.711/12, mais conhecida como Lei de Cotas, completou 10 anos em agosto deste ano. Por meio dela, desde 2013, ficou estabelecido no Brasil a reserva de percentual de vagas em instituições de ensino federais para grupos historicamente excluídos, como: negros, indígenas, estudantes de escola pública, pessoas com deficiência e de baixa renda.

Uma década depois, é possível identificar, de fato, o aumento da presença desses grupos nas Universidades Federais. Porém, uma das grandes discussões no campo da Educação tornou-se a revisão da lei, já que a sua política de funcionamento continua sendo alvo de críticas.

“Antes da criação da Lei de Cotas, eram nítidas as desigualdades de condições de acesso ao ensino superior. Diante disso, seria necessária a intervenção do Poder Público para gerar condições de igualdade para que segmentos da sociedade brasileira, historicamente excluídos, acessassem as universidades públicas. Ou seja, trata-se de um instrumento legal que garante condições de ingresso nesses espaços para equacionar desigualdades sociais”, analisa a professora Luciana de Oliveira Dias, secretária de Inclusão da Universidade Federal de Goiás (UFG).

## Realidade na UFG

O empenho para a aprovação políticas de ações afirmativas chegou à UFG antes mesmo da Lei 12.711/12 ser sancionada. Em 2008, foi criado o UFGInclui, um programa inovador de ampliação do acesso e da permanência de determinados grupos. Na proposta inicial, a reserva de vagas destinava 10% do total ofertado para estudantes oriundos de escolas públicas, 10% para estudantes autodeclarados negros oriundos de escolas públicas e criava uma vaga adicional, em cada curso, para estudante indígena e quilombola quando houvesse demanda.

“A iniciativa partiu diante da sensibilidade da instituição com todo o contexto social na época, a partir dos indicadores da sociedade e da necessidade de disponibilizar mecanismos de acesso à população que, antes, era pouco vista nas universidades públicas”, afirma o secretário-adjunto da Secretaria de Inclusão da UFG, Pedro Cruz.

Com a aprovação da Lei de Cotas, quatro anos depois, o programa foi adaptado pela UFG. Desde 2013, o UFGInclui foi direcionado de forma mais específica ao público indígena e quilombola. Atualmente, mantém a criação de vaga adicional para esses grupos, quando há demanda, e reserva 15 vagas no curso de Letras/Libras para candidatos surdos.

Pedro Cruz é servidor da UFG há 39 anos. Ele acompanhou – e continua acompanhando – todo o processo de mudança no perfil dos estudantes da instituição. Segundo ele, antes da Lei de Cotas, o percentual de alunos negros nas universidades públicas brasileiras chegava a 5%. Depois dela, o número está acima de 50%, conforme aponta uma pesquisa realizada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Na UFG, especificamente, os alunos auto-declarados pretos/pardos chegam a 48%, acrescenta o secretário-adjunto.

“Então, hoje, a UFG é muito mais plural, traz uma ideia da representatividade da sociedade brasileira. Algo que não acontecia até pouco tempo. Conseguimos ver a representação nos nossos espaços, por meio de pessoas negras/pardas, indígenas, quilombolas, com deficiência, entre outros. Inclusive, a pós-graduação já oferece vaga para estudantes transexuais. Enfim, trata-se de um processo crescente”, destaca Pedro.

## Permanência

A secretária de Inclusão da Universidade Federal de Goiás (UFG) também chama a atenção para outro aspecto importante em relação às cotas: a permanência dos alunos. “O objetivo não é apenas ingressar do estudante, é também acolher e dar condições para a realização do curso, garantido o sucesso da sua formação”, complementa.

A instituição conta com o programa de Bolsa, por meio de um auxílio financeiro a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A assistência estudantil abrange moradia, alimentação, apoio



Professora Luciana de Oliveira Dias, secretária de Inclusão da UFG, e o secretário-adjunto, Pedro Cruz, analisam o que mudou na última década.

à iniciação à pesquisa, bolsas de trabalho, por exemplo.

“A universidade vem desenvolvendo todas essas medidas de forma integrada, a partir dos órgãos de gestão superior da instituição, com o apoio das unidades acadêmicas, para que a permanência do aluno seja, de fato, efetivada”, diz a professora Luciana.

## Revisão

O 7º artigo da Lei 12.711/12 recomenda que o programa passe por uma revisão após 10 anos de sua implementação. Apesar da discussão tramitar no Congresso Nacional, não existe um direcionamento que defina quais órgãos são responsáveis pela discussão.

Luciana de Oliveira Dias defende essa reedição e enfatiza que a mudança no perfil dos alunos da UFG ainda é pouco representativa da sociedade brasileira. “Começamos a ver pessoas negras circulando, por todas as partes, em vários cursos. Porém, 10 anos são insuficientes para uma mudança efetiva. É chegada a hora de radicalizar em políticas antirracistas para trabalharmos na reedição da legislação”.

Para a professora, mesmo com avanços, a desigualdade racial continua sendo um desafio. “Mesmo com uma presença mais expressiva de estudantes negros na educação superior, eles se concentram nos cursos menos concorridos e se acham sub-representados nos cursos de maior prestígio como: direito, medicina, odontologia, dentre outros. Esse quadro demonstra contradições que têm se mantido por conta do caráter estrutural do racismo. Precisamos de mais ações se buscamos uma sociedade justa e igualitária. Temos um longo caminho pela frente e muita energia para seguir fazendo nosso trabalho”, finaliza a docente.

# PROJETO DE EXTENSÃO DA UFCAT PROMOVE INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ESPORTE

INICIATIVA TAMBÉM É LEVADA ÀS ESCOLAS DE CATALÃO COMO FORMA DE INCENTIVAR A PRÁTICA ESPORTIVA

**Mariana Fernandes**  
(estagiária sob supervisão)

O “Basquetebol em Cadeira de Rodas” é um projeto de extensão do Laboratório de Atividade Física Adaptado e Grupos Especiais (LAFAGE) da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), cujo objetivo é incluir pessoas com deficiência ao lazer, ao esporte e à atividade física. A iniciativa é uma parceria entre a Federação Goiana de Basquetebol em Cadeira de Rodas e a Associação das Pessoas com Deficiência de Catalão (Aspedec), reunindo cadeirantes da UFCAT e da comunidade em geral.

De acordo com a coordenadora do projeto, professora Lana Ferreira de Lima, os esportes paraolímpicos aprimoram a autoconfiança e a autoestima, além de melhorar a condição cardiovascular dos jogadores. Para que os alunos se sintam acolhidos e trabalhem em conjunto, são incluídos monitores/estudantes de Psicologia, Enfermagem e Psicologia. “Afim, o psíquico e o físico devem estar bem cuidados”, complementa a docente.

No LAFAGE, são realizados eventos que promovem o diálogo, a reflexão e a troca de conhecimento acerca do direito e acesso das pessoas com deficiência ao lazer, às atividades físicas, esportivas e culturais. A ação também conta com dança inclusiva e capoeira. Com o retorno do projeto, o corpo docente planeja incluir vôlei e natação aos participantes.

## Acesso à comunidade

Inicialmente, o projeto tinha como propósito atingir seis polos do Estado de Goiás voltados para cadeirantes. Porém, a ação foi expandida para toda a comunidade, inclusive para pessoas que não possuem defi-

ciência, para que os integrantes possam se sentir mais integrados, explica a professora.

A divulgação da iniciativa para a comunidade é feita em escolas de Catalão. Eles vão a esses espaços para mostrarem como são feitas as atividades. Também participam das visitas os atletas paraolímpicos que representam a LAFAGE em competições regionais e nacionais. Os profissionais demonstram aos estudantes como é um jogo de basquete em quadra e também contam sobre a sua trajetória. “É uma forma de incentivá-los a iniciarem a prática do esporte”, diz Lana.

Ao longo dos anos, com o empenho dos discentes, docentes e, sobretudo das pessoas com deficiência, integrantes do projeto “Basquetebol em Cadeira de Rodas” tem se destacado em diversos eventos esportivos, como Campeonato Goiano de Basquete em Cadeira de Rodas, torneios e amistosos.

Como iniciativa dos docentes, também são feitos eventos comemorativos, para que o contato; aluno, professor e Universidade estejam ainda mais próximos. Rodas de conversas com psicólogos, sessões de filmes integrados e campeonatos com colaboração dos responsáveis também são realizados.

“Ficamos muito felizes com a dedicação de cada integrante. Cada membro da equipe prova ser um elemento valioso e indispensável nas conquistas alcançadas. Afinal, o sucesso de um projeto depende do empenho de cada um. E todos demonstram grande esforço, determinação e, principalmente, um incrível espírito de equipe”, conclui a professora Lana.



Foto: Arquivo/UFCAT

*“Todos demonstram grande esforço, determinação e, principalmente, um incrível espírito de equipe”, afirma coordenadora do projeto, professora Lana Ferreira de Lima.*

# NOVA DIRETORIA ASSUME COM COMPROMISSO DE FORTALECER A LUTA EM DEFESA DOS DOCENTES E DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS

LIDERADA PELO PROFESSOR GECI SILVA, CHAPA 1 FOI ELEITA COM 58,7% DOS VOTOS; "VAMOS TRABALHAR DIARIAMENTE CONTRA O ARROCHO SALARIAL E EM DEFESA DE MELHORES CONDIÇÕES", GARANTE O NOVO PRESIDENTE

Fotos: Erik Ely / Adufg



**Presidente:**  
Geci Silva (IME-UFG)



**Diretor Administrativo:**  
Flávio Silva (EA-UFG)



**1ª Vice-presidenta:**  
Luciene Dias (FIC-UFG)



**Diretora de Assuntos Educacionais e de Carreira:**  
Maria José Pereira (CEPAE-UFG)



**2ª Vice-presidente:**  
Luís Contim (UAE Ciências Biológicas UFJ)



**Diretor Financeiro:**  
Romualdo Pessoa (IESA-UFG)



**3º Vice-presidente:**  
Ricardo Moura (FENG-UCAT)



**Diretor de Convênios e de Assuntos Jurídicos:**  
André Geyer (EECA-UFG)



**Diretora secretária:**  
Gláucia Carielo (FANUT-UFG)



**Diretora de Assuntos de Aposentadoria e Pensão:**  
Ana Kratz (Aposentada da FE-UFG)



**Diretora de Comunicação, Promoções Sociais, Culturais e Científicas:**  
Tatiana Fiuza (ICB-UFG)



**Diretora de Relações Interinstitucionais:**  
Geovana Reis (FE-UFG)

Rafael Vaz

A primeira eleição totalmente eletrônica do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) resultou em recorde de engajamento dos filiados. Participaram 1.550 eleitores, o equivalente a 59,27% dos sindicalizados. A Chapa 1 - "Adufg pra frente: democrática e de luta" foi eleita com 910 votos (58,70%). "Fizemos uma campanha limpa, propositiva e sem ataques aos demais concorrentes. A partir de agora, vamos lutar por melhores condições de trabalho, salários dignos, educação de qualidade e por um país com mais justiça social, que defenda a diversidade, as minorias e a democracia", afirma o presidente eleito, professor Geci Silva.

Para o diretor administrativo do Adufg-Sindicato, professor Flávio Silva, que era presidente do sindicato quando a eleição foi realizada, o alto índice de participação reflete a confiança dos sindicalizados no trabalho realizado pela entidade. "Os professores e professoras das três Universidades Federais localizadas em Goiás sabem que o sindicato trabalha com ética, seriedade, transparência e dedicação", avalia.

Segundo a 1ª vice-presidente eleita, professora Luciene Dias, a nova gestão também atuará para garantir mais pluralidade na entidade e na comunidade acadêmica como um todo. "O sindicato não é uma bolha e está inserido dentro de uma sociedade que têm suas complexidades.

Nossa intenção é fazer do Adufg um sindicato capaz de lutar cada vez mais pelo respeito à diferenças e que lute diariamente para valorizar a categoria, considerando que a comunidade acadêmica é plural", explica.

Liderada pelo professor Fernando Lacerda Júnior, a Chapa 2 - "Docentes pela democracia", por sua vez, recebeu 619 votos (39,93%). Dos 1.550 votos, 21 (1,37%) foram abstenções. O novo sistema de votação permitiu que os docentes votassem sem sair de casa de forma rápida e segura. Além disso, um espaço físico foi instalado na sede do Adufg para que professores e professoras com dificuldade no manuseio do sistema de votação fossem auxiliados.

## ENTREVISTA

GECI SILVA (novo presidente do Adufg-Sindicato)

### **Jornal do Professor: Como avalia o resultado das eleições?**

O processo eleitoral transcorreu dentro da normalidade. Optamos por fazer uma campanha focada em apresentar propostas às professoras e aos professores. Visitamos praticamente todas as unidades acadêmicas da UFG, da UFJ e da UFCAT para ouvir as demandas e mostrar nosso compromisso com a defesa da categoria, das universidades federais e dos serviços públicos como um todo. Montamos uma chapa bastante representativa, com docentes de todas as gerações, desde mais jovens até os mais experientes.

### **Quais são os principais desafios da nova diretoria?**

Um dos nossos principais objetivos é recompor o poder aquisitivo da categoria. Tivemos uma defasagem salarial de quase 40%. A luta será dura, mas temos coragem e disposição. Vamos trabalhar junto com os pesquisadores nas suas demandas, com os professores que estão em sala de aula, além de lutar contra os cortes orçamentários, que têm deixado nossas universidades em situação de vulnerabilidade. Esperamos que num futuro próximo possamos ter um governo com mais abertura para o diálogo para que possamos fazer as negociações necessárias nas questões salariais, orçamentárias e de insalubridade. Vamos batalhar, ainda, pela recomposição do quadro de servidores.

### **Como a nova diretoria pretende avançar na luta contra os ataques do atual governo às universidades e à educação como um todo?**

Infelizmente, estamos diante de um governo que elegeram os servidores públicos como inimigos. É um governo que não respeita a democracia, a ciência e as universidades. O presidente da República e os ministros que passaram pelo MEC foram pautados pela guerra ideológica, bem como pelos cortes, bloqueios e falta de recomposição orçamentária. São questões muito difíceis, mas vamos seguir cada vez mais fortes. O movimento sindical está vivo. Se o objetivo do Governo Federal era enfraquecer a nossa luta, não conseguiu. Temos ainda mais desejo de lutar e garantir que os direitos dos docentes sejam respeitados.

### **Como as ações serão fortalecidas?**

Entre outras ações, vamos promover um trabalho de base para conscientizar a categoria dos ataques à educação, às universidades e aos próprios docentes. Precisamos formar e incorporar novos quadros na luta sindical. Para isso, promover o diálogo entre o sindicato e as unidades acadêmicas, por meio de reuniões e outras atividades que possibilitem maior conhecimento da realidade será fundamental. Dessa forma, vamos conseguir dar maior foco nas particularidades e demandas de cada unidade.

### **O Adufg também atuará em questões de diversidade e acolhimento?**

Com certeza! Queremos combater toda forma de racismo, machismo e LGBTQfobia, bem como acolher possíveis vítimas de preconceito e discriminação. Vamos promover seminários, palestras e outras ações dentro das unidades acadêmicas. No âmbito do Adufg, vamos garantir, também, que as delegações e representações em espaços ampliados sejam ainda mais plurais, para que possamos garantir equidade de gênero, raça, etnia, sexualidade e idade.

### **A Universidade Federal de Jataí e a Universidade Federal de Catalão têm desafios específicos por terem sido criadas há pouco tempo. Como o Adufg tratará essas questões?**

Temos total consciência de que os problemas enfrentados pelas duas instituições são muito específicos. Portanto, vamos continuar acompanhando o processo de consolidação e estruturação da UFJ e da UFCAT para garantir que os docentes sejam valorizados e respeitados em cada uma das decisões da gestão. Também vamos criar e institucionalizar fóruns permanentes de debate entre sindicalizadas e sindicalizados para a discussão de assuntos relacionados à carreira e condições de trabalho. Outro ponto importante é fortalecer a nossa atuação junto ao campus da UFG na Cidade de Goiás, em sintonia com as especificidades da regional.

### **Como será a atuação da nova diretoria junto aos aposentados e aposentadas?**

Vamos continuar desenvolvendo atividades para integrá-los da melhor forma possível, sempre com muito respeito, empenho e dedicação. Queremos fortalecer os momentos de encontro e de trocas por meio de projetos socioculturais, além de desenvolver meios de acompanhamento e tratamento da saúde deles com maior efetividade e proximidade. Também vamos promover espaços de integração entre professores aposentados e professores em atividade para realizar uma intensa troca de saberes e de experiências. Assim, será possível, também, unificar as pautas de luta que atingem ambos os grupos.

“ SE O OBJETIVO DO GOVERNO ERA ENFRAQUECER A NOSSA LUTA, NÃO CONSEGUIU. VAMOS TRABALHAR COM AINDA MAIS FORÇA E DEDICAÇÃO. ”

### **A nova diretoria pretende atuar em ações conjuntas com outras entidades?**

Vamos dialogar de forma permanente com outras entidades que compõem a comunidade acadêmica e o movimento sindical. Esse diálogo será fundamental para lutar contra as adversidades. Defendemos, também, posicionamentos firmes e trabalhos interinstitucionais nas três universidades federais localizadas em Goiás: UFG, UFJ e UFCAT.

## PESQUISA ENTRE UFG E HARVARD RENOVA ESPERANÇAS DE PESSOAS COM DOENÇAS DA RETINA

APÓS A CONCLUSÃO DO ESTUDO EM SUÍNOS, PESQUISADORES CONSEGUIRAM APROVAÇÃO PARA O INÍCIO DOS TESTES EM HUMANOS

**Mariana Fernandes**  
(estagiária sob supervisão)

Pacientes portadores de doenças hereditárias da retina, como retinose pigmentar e a Doença de Stargardt, passam a ter esperança de tratamento com os resultados de uma pesquisa internacional com células-tronco, utilizadas a fim de restabelecer os fotorreceptores da retina. A pesquisa conta com a participação da Universidade Federal de Goiás (UFG) e foi divulgada no *Journal of Cellular and Molecular Medicine*.

A cura da cegueira é o objetivo da pesquisa. O desafio é a obtenção de uma célula que cresça dentro do olho e faça a reparação dos tecidos lesados e que originam a perda da visão. Com o modelo ocular muito próximo ao dos suínos, a pesquisa monitorou o comportamento das células implantadas no corpo do animal, a fim de validar a técnica cirúrgica para a realização em humanos. A célula-tronco, a qual foi escolhida, é

uma célula que tem capacidade de se diferenciar das demais.

Para o professor da UFG e diretor do Centro de Referência em Oftalmologia (Cerof) da UFG, Marcos Ávila, que foi o coordenador local do estudo, havia uma preocupação com a questão de como essa célula iria se comportar ao se derivar. “Uma de nossas preocupações, era de se tornar uma célula cancerígena, mas não aconteceu. São células capazes de regenerar o tecido retiniano e de formar novas células, novos fotorreceptores”.

Ele conta que a alteração do DNA ocorreu por meio de uma terapia gênica para que produzissem uma proteína verde fluorescente. Após implantadas, elas passaram a ser monitoradas por um período de três meses. Os pesquisadores conseguiram diferenciá-las pela pigmentação verde.

A técnica utilizada foi a

“vitrectomia via pars plana”, realizada no próprio Cerof. “Trata-se de uma técnica microscópica segura de injeção subretiniana. Temos experiência de injetar medicamentos, mas, é importante dizer que não achamos nenhuma dificuldade em utilizar o procedimento de uma maneira precisa para o tratamento com células-tronco”, pontua o professor.

### Parceria com Harvard

De acordo com David Issac, também professor da UFG e envolvido na pesquisa, algumas cirurgias foram feitas em Goiânia e, em seguida, enviadas para Universidade Harvard para uma avaliação. “Os mini pigs foram sacrificados e seus órgãos, assim como os olhos, foram mandados para os Estados Unidos para fazer a avaliação. Tanto de eventuais efeitos adversos, quanto para haver a possibilidade dessas células te-

rem se integrado na retina desses porcos”.

Ao avançar com a pesquisa no Cerof, o estudo validou a técnica cirúrgica como eficaz e desenvolveu um procedimento que garante a formação de um banco de células que podem servir como fonte para tratamentos futuros e consequentemente aprovado o seu uso em humanos.

Após a conclusão do estudo em suínos, os pesquisadores conseguiram a aprovação da Food and Drug Administration (FDA), nos Estados Unidos, para o início dos testes em humanos, que atualmente está na fase 1, com a participação de aproximadamente dez pacientes. “Todo o processo deve durar cerca de três a cinco anos. O número vai sendo ampliado gradativamente. Futuramente, pretendemos dar continuidade nos estudos aqui no Brasil, na UFG”, finaliza Marcos Ávila.



Foto: Erik Ely

Professores Marcos Ávila e David Issac, envolvidos na pesquisa, demonstram otimismo com os resultados.

# EVASÃO É REALIDADE EM UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS E PREOCUPA GESTORES

PRÓ-REITORES DE GRADUAÇÃO DA UFG, UFJ E UFCAT FALAM SOBRE OS DESAFIOS PARA MANTER SEUS ALUNOS E APONTAM SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA

Vinicius Braga

Entrar, permanecer e concluir. Esses são os três desafios de estudantes que sonham em garantir o diploma de ensino superior. Porém, nos últimos anos, uma realidade tem chamado a atenção: o aumento da evasão nas universidades públicas do país. Em Goiás, não é diferente. A Universidade Federal de Goiás (UFG), a Universidade Federal de Jataí (UFJ) e a Universidade Federal de Catalão (UFCAT) também têm enfrentado esse quadro, especialmente após a pandemia da Covid-19.

“Foi observado um aumento da evasão no ensino superior de forma geral, não apenas nas universidades públicas, não apenas nos cursos de licenciaturas, mas, infelizmente, em geral. Os dados públicos, disponíveis no site [analisa.dados.ufg.br](http://analisa.dados.ufg.br), sinalizam para uma relativa estabilidade no número de diplomados na UFG entre 2010 e 2019, mas uma ligeira queda de 2019 para 2020. Os dados de 2021 ainda não foram concluídos”, afirma o professor Israel Elias Trindade, pró-reitor de Graduação da UFG.

Na UFJ, a evasão nas licenciaturas, por exemplo, subiu de 29,34%, em 2019, para 46,2%, em 2021. Os maiores índices foram detectados nos cursos de ciências exatas: Física (61,82%), Química (58,93%) e Matemática (52,54%), além de Letras/Inglês (50,67%) e Letras/Português (54,04%). Já os dados disponibilizados pela UFCAT apontam que, em 2022, 1306 alunos evadiram da instituição até o momento, com destaque para os cursos de Matemática, Geografia e Letras.

## Motivos

Mas, a que se deve esse aumento das evasões? Quando se trata da questão, é preciso levar em conta uma série de fatores. A professora Alana Flávia Romani, pró-reitora adjunta de Graduação pro tempore da UFJ, opina. “A evasão tem várias razões que merecem ser investigadas. Podemos listar as expectativas acadêmicas em relação ao curso escolhido, as dificuldades de aprendizagem originadas em um ensino médio de baixa qualidade e, principalmente, a falta de condições financeiras do discente prosseguir nos estudos. Nos relatórios de vulnerabilidade econômica produzidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da UFJ, percebemos que as menores rendas mensais são declaradas por alunos das licenciaturas. São discentes que poderiam ser atendidos pelos recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), mas, diante dos cortes, o reflexo direto é a evasão”.

Em comum, as três instituições goianas destacam que a pandemia também foi um fator determinante. “Com a adoção do ensino remoto, muitos alunos retornaram às suas cidades de origem, prejudicando a criação de vínculo com a instituição e com os cursos. Nossas coordenações de cursos fizeram buscas ativas dos alunos com vínculos irregulares e muitos disse-

ram que só retornariam após o fim da pandemia, mas ainda é cedo para verificarmos as evidências dos retornos, já que voltamos ao presencial em maio de 2022”, diz o professor Moisés Fernandes Lemos, pró-reitor de Graduação da UFCAT.

Professor Israel complementa. “Hoje, podemos afirmar que a maioria dos estudantes da UFG são oriundos de famílias de baixa renda. Agora, veja que os dados socioeconômicos apontam como uma das consequências da pandemia o empobrecimento da população, fruto do desemprego e, claro, da inflação. Infelizmente, algumas pessoas perderam até mesmo o direito à moradia, vivendo em completa situação de insegurança alimentar”.

De acordo com ele, esse empobrecimento é fruto principalmente da má gestão da pandemia por parte do governo, que fomentou a vulnerabilidade de grupos sociais desfavorecidos. “Obtivemos, ao longo da pandemia, relato de estudantes, especialmente de outros municípios/estados que abandonaram a universidade porque estavam desempregados e não tinham como se manter na cidade onde seu curso é ofertado. Outros, por sua vez, evadiram porque estavam desempregados e receberam uma proposta de trabalho e, na impossibilidade de conciliar com os estudos, por questão até mesmo de sobrevivência, talvez, preferiram o trabalho ao estudo. Soma-se a esse cenário desolador, os bloqueios e cortes orçamentários que acabam por limitar as ações da Universidade. Se esses cortes atingirem as políticas de assistência estudantil, as consequências serão, sem dúvida, ainda mais drásticas”.

## Alternativas

E como resolver a questão? As soluções vão desde políticas eficientes de valorização dos cursos a políticas de incentivo aos alunos em situação de vulnerabilidade social, segundo os três professores entrevistados. “O modo como o mercado de trabalho enxerga o egresso é um elemento que influencia. Carreiras onde há reconhecimento e valorização profissional tendem a ter menor evasão que aqueles cursos onde o profissional não recebe o mesmo tratamento. Nos casos dos cursos de licenciaturas,



Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

*Em comum, as três instituições goianas destacam que a pandemia também foi um fator determinante.*

a realização de concursos públicos, a implantação de planos de cargos e salários dignos, a realização de formações iniciais e continuadas e a cultura de respeito ao trabalho docente em sala de aula, dentre outras, são questões fundamentais para que a carreira de professor se torne interessante e atraente”, aponta o pró-reitor da UFG.

As universidades também têm se mobilizado para reduzir tais índices. A pró-reitora da UFJ, por exemplo, reforça que a assistência estudantil aumenta as condições de permanência dos estudantes em vulnerabilidade econômica e, por isso, a instituição tem atuado neste sentido. “Em 2021, aproximadamente 640 discentes foram atendidos por meio dos editais lançados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFJ. Neste ano, foram lançados o Bolsa Moradia, Bolsa de Incentivo Pedagógico, Bolsa Alimentação, Bolsa Transporte, além da Bolsa Acolhida para ingressantes e o auxílio eventual. Além da ajuda financeira, contamos com auxílio psicológico, psicopedagógico e nutricional”.

Na UFCAT, o pró-reitor enfatiza que a instituição também tem trabalhado com uma política de incentivo aos alunos em situação de vulnerabilidade social, oferecendo moradia estudantil, bolsas alimentação, bolsas de iniciação científica, bolsas monitoria, entre outras. “Não medimos esforços para manter nossos alunos. Quando verificados alunos sem matrículas, nossas coordenações fazem contato com eles, tentando entender os problemas e, juntos, buscam superar a situação que levaram ao abandono dos cursos”.

# POLARIZAÇÃO NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS: UMA AMEAÇA À DEMOCRACIA?

MESMO COM 12 CANDIDATOS NA DISPUTA, JAIR BOLSONARO (PL) E LULA (PT) POLARIZAM O CENÁRIO. PROFESSOR DA FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFG, PEDRO SANTOS MUNDIM FAZ UMA ANÁLISE DO CONTEXTO ATUAL

Vinícius Braga

O Brasil terá 12 candidatos à Presidência da República nas eleições deste ano. Porém, é clara uma polarização entre dois deles: o atual presidente, Jair Bolsonaro (PL) e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Com ideais opostos e defensores fiéis, o país vive um clima de instabilidade e casos extremos de violência, tendo como exemplo a morte do tesoureiro do PT Marcelo Arruda pelo policial bolsonarista Jorge Guarinho, em Foz do Iguaçu (PR). Até que ponto tais divergências políticas podem comprometer a democracia e o processo eleitoral, colocando em risco, inclusive, a vida de apoiadores dos candidatos?

Para o cientista político e professor da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Federal de Goiás (UFG), Pedro Santos Mundim, a polarização política, por si só, é normal e nunca foi um problema. “O Brasil é um exemplo disso. Entre 1994 a 2010, tivemos cinco eleições presidenciais seguidas polarizadas entre PT e PSDB. Nenhuma delas gerou instabilidade democrática. Aécio Neves foi quem abriu a Caixa de Pandora em 2014, ao contestar o resultado da eleição”, analisa.

O que se vê atualmente, segundo ele, é a literatura chamada de polarização afetiva, “que é quando as divergências que eu tenho com o lado adversário me levam a odiá-lo”. Assim, os valores políticos e ideológicos defendidos por uma pessoa, ou suas preferências políticas, passam a fazer parte da sua identidade, só que de modo extremo, o que a faz querer cada vez mais distância, ou separação, do oponente. Infelizmente, acrescenta o docente, tudo isso pode levar a comportamentos muito radicais e violentos.

O professor pontua, ain-

Charge: Iotti/GZH



*“As duas últimas eleições presidenciais já trouxeram muitos ataques entre os adversários, o que mostra como o uso de campanha negativa pode ser um problema”.*

da, que não existe uma única causa para a polarização afetiva. Porém, ele cita alguns exemplos. “A polarização advinda das elites políticas é uma delas, vide o que faz dia sim, outro também, o presidente Bolsonaro. Mas, não é só ele, como sabemos. As duas últimas eleições presidenciais já trouxeram muitos ataques entre os adversários, o que mostra como o uso de campanha negativa pode ser um problema”.

Pedro Santos Mundim reforça que o ecossistema midiático também pode influenciar neste contexto. “Vários autores relacionam a polarização às bolhas e às câmaras de eco em que nos encontramos nas redes sociais ou nos aplicativos de trocas de mensagens. Contudo, existem estudos que mostram que culpar a internet pelos nossos males políticos pode ser exagerado, e que é a

uma ameaça à democracia e à lisura do processo eleitoral. Tanto que, ao assumir a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 16 de agosto, o ministro Alexandre de Moraes destacou em seu discurso que terá como foco o combate a elas durante a campanha eleitoral.

Em outubro de 2021, ele anunciou, em meio ao julgamento que arquivou ações com pedido de cassação da chapa Bolsonaro/Hamilton Mourão, que punirá com prisão quem disparar notícias fraudulentas. “Se houver repetição do que foi feito em 2018, o registro será cassado e as pessoas que assim fizerem isso irão para a cadeia por atentarem contra as eleições e a democracia no Brasil”, afirmou o ministro, na posse.

Em relação ao tema, Pedro Santos Mundim opina. “Bolsonaro não foi eleito por causa das fake news, isso é um fato. Além disso, existem estudos que mostram que as pessoas tendem a acreditar em notícias falsas que estão alinhadas com o que elas já pensam ou preferem, o que sugere mais um efeito de reforço do que uma mudança de opinião. De todo modo, mesmo esse efeito de reforço pode levar a comportamentos deletérios”.

O exemplo mais evidente, acrescenta ele, é o questionamento feito sobre a urna eletrônica. “Não sabemos o que muitas pessoas podem vir a fazer por acreditarem nessa mentira, se isso colocará ainda o que resta da nossa democracia em risco, nem quais serão os efeitos futuros disso na polarização afetiva. Assim, as fake news são tanto um problema ético, moral e normativo, quanto empírico, e é fundamental que elas sejam combatidas por esses motivos”, finaliza.

televisão, na verdade, o principal motor da segregação partidária”.

O que faltou para que a tão falada “terceira via” fosse viabilizada? Pedro Santos Mundim é categórico ao responder. “Essa é fácil. Voto”. Além disso, o professor aponta, a seu ver, o que o eleitor vai considerar nas urnas deste ano para definir o presidente. “O mesmo de sempre. Os valores em que ele acredita (não faço juízo de valor sobre isso), que a gente chama de ideologia, a avaliação do governo e da economia, o posicionamento dos candidatos em questões que são importantes para cada eleitor (por exemplo, professores universitários podem dar mais peso para a educação do que para outras políticas públicas), etc”.

## E o poder das fake news?

As notícias falsas, as chamadas fake news, também são

# “AS PESSOAS SE REVELAM QUANDO CHEGAM”, DIZ BOLSONARO SOBRE A ALTA ROTATIVIDADE NO MEC

PRESIDENTE NOMEOU, ATÉ O MOMENTO, CINCO MINISTROS PARA A PASTA. CRISE INSTITUCIONAL ESCANCARA O TOTAL DESPREZO PELA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Vinícius Braga

“As pessoas se revelam quando chegam”. Foi essa a justificativa que o Governo Federal deu em entrevista ao *Jornal Nacional*, no dia 22 de agosto de 2022, ao ser questionado pelos âncoras sobre as demissões em série e suspeitas de corrupção no Ministério da Educação (MEC). Finalizando seu mandato e almejando a reeleição, o presidente nomeou, até o momento, cinco ministros para a pasta. O fato evidencia a crise institucional no governo e escancara o total desprezo pela política educacional brasileira.

“Atualmente, eu tenho um excelente ministro da Educação. Acontece. É igual a um casamento, muitas vezes. O ideal era não ter rotatividade nenhuma, mas acontece. Outros ministros foram trocados também”, disse Bolsonaro, ao ser questionado sobre qual é a dificuldade de escolher um bom titular.

O MEC é uma das pastas com maior rotatividade no governo atual. Para entender mais sobre as nomeações e demissões feitas durante o mandato, o *Jornal do Professor* preparou uma linha do tempo. Acompanhe!

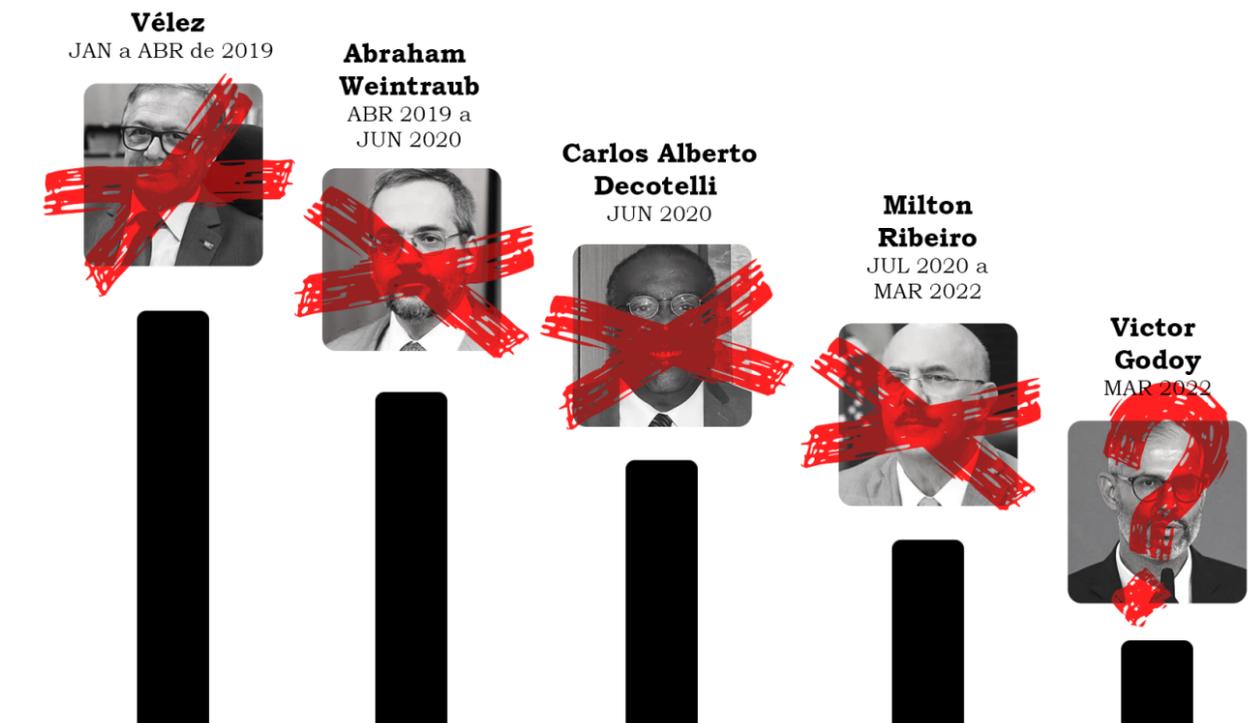
## Ricardo Vélez Rodríguez - janeiro a abril de 2019

O Governo Federal começou com Ricardo Vélez Rodríguez à frente do MEC. Seguidor dos ensinamentos do escritor Olavo de Carvalho, o ministro foi o primeiro a marcar a pasta pelos interesses ideológicos, além de tomar decisões polêmicas. Entre elas, Vélez pediu revisões em livros didáticos sobre a Ditadura Militar no Brasil, em que propunha trocar a forma como o período é ensinado nas escolas.

Além disso, determinou que as instituições registrassem as crianças cantando o hino nacional. Foi exonerado após enfrentar “disputa interna” dentro do próprio MEC, devido a desentendimentos entre militares e olavistas.

## Abraham Weintraub - abril de 2019 a junho de 2020

Abraham Weintraub foi o segundo ministro da Educação. De forte viés olavista, o econo-



Fotos: Ricardo Vélez Rodríguez: Reprodução/Site Ricardo Velez, Abraham Weintraub: Reprodução/MEC, Carlos Alberto Decotelli: Reprodução/Palácio do Planalto, Milton Ribeiro: Reprodução/ Luis Fortes/MEC, Victor Godoy: Reprodução/ Marcelo Camargo/Agência Brasil

mista marcou a pasta com discursos contrários às minorias e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Sua gestão foi marcada por sérios problemas, como a falha na correção e atribuição de notas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), além do conflito com diversos setores acadêmicos.

A permanência de Weintraub ficou instável após ter virado alvo de um inquérito do STF que investiga fake news e ataques contra a Corte, já que, em uma reunião com o chefe do Executivo, o ex-ministro ofendeu e defendeu a prisão dos ministros do Supremo. Ele deixou o ministério após ser gravado em uma manifestação de apoiadores do presidente, em Brasília, com falas contrárias à Suprema Corte.

## Carlos Alberto Decotelli - junho de 2020 (não tomou posse)

Depois de Weintraub, o também economista Carlos Alberto Decotelli chegou a ser anunciado, mas não tomou posse. Seu nome foi publicado no Diário Oficial, mas, cinco dias depois, entregou uma carta de demissão. Apesar de não ter assumido, ele incitou uma nova crise. Desta vez, por dados falsos no currículo.

No anúncio publicado no Twitter, o presidente exaltou o currículo do indicado. “Decotelli é bacharel em Ciências

Econômicas pela UERJ, mestre pela FGV, doutor pela Universidade de Rosário, Argentina e pós-doutor pela Universidade de Wuppertal, na Alemanha”, escreveu. Porém, o reitor da Universidade Nacional de Rosário, Franco Bartolacci, afirmou que Decotelli nunca obteve a titulação de doutor na instituição. A Universidade de Wuppertal também desmentiu a informação de que o professor possuía pós-doutorado.

A gota d’água foram as acusações de plágio na dissertação de seu mestrado, defendida em 2008 pela FGV. Diante de tantas polêmicas, Decotelli precisou desistir da indicação e não assumiu o MEC.

## Milton Ribeiro - julho de 2020 a março de 2022

Decotelli foi substituído por Milton Ribeiro, um pastor presbiteriano, responsável por uma das maiores crises do MEC. Ele proferiu falas homofóbicas e preconceituosas, e chegou a criticar a inclusão de crianças com deficiência na educação escolar.

Além disso, próximo à realização do Enem, servidores do Inep, órgão do MEC responsável pela prova, pediram demissão dos seus cargos alegando “fragilidade técnica e administrativa da atual gestão máxima”. Ele pediu demissão do cargo depois de vir à tona

um suposto favorecimento de pastores na distribuição de verbas do ministério.

Ribeiro foi preso pela Polícia Federal, no dia 22 de junho de 2022, na operação “Acesso Pago”, que investiga a prática de tráfico de influência e corrupção na liberação de verbas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão ligado ao MEC. Os pastores Gilmar Santos e Arilton Moura também foram presos, investigados por atuarem informalmente junto a prefeitos para a liberação, por meio de concessão de propina, de recursos do MEC.

## Victor Godoy - março de 2022

O atual ministro da Educação, Victor Godoy, chegou à pasta em julho de 2020, assumindo o cargo de secretário-executivo. Ele ficou na função por pouco menos de dois anos, até ser oficializado como titular. Antes disso, passou 16 anos na Controladoria-Geral da União (CGU), onde começou sua carreira como auditor federal.

Ele possui uma graduação e duas especializações, mas nenhuma delas ligada à educação. De acordo com o MEC, é formado em Engenharia de Redes de Comunicação de Dados pela Universidade de Brasília (UnB). Concluiu o curso em 2003, um ano antes de ingressar na CGU.

# O TRÂNSITO EM JULGADO DO TEMA Nº 942 DO STF COMPLETA SEU PRIMEIRO ANIVERSÁRIO E NÃO HÁ NADA A SER COMEMORADO NA UFG



André Luiz Geyer, diretor de Convênios e Assuntos Jurídicos do Adufg-Sindicato e Elias Menta, advogado, assessor jurídico do Adufg-Sindicato.

Há décadas, a Constituição da República tem expressa previsão quanto à possibilidade de concessão de aposentadoria mediante requisitos e critérios diferenciados para quem exerce atividades de risco, para atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e para deficientes físicos. Neste texto, ainda que brevemente, nos dedicaremos a tratar do assunto.

O raciocínio utilizado para fundamentar a inclusão da medida excepcional nessa modalidade de aposentadoria é muito simples, pois quanto mais difícil/perigoso for o desempenhar das atividades dos servidores e servidoras, mais cedo esse poderá fazer jus a se aposentar, em prestígio à proporcionalidade e à razoabilidade.

Mesmo com tal disciplina expressa na Constituição, se fez necessário um longuíssimo debate na mais alta Corte do País, que culminou na edição da Súmula Vinculante nº 33, no ano de 2014 e, anos mais tarde, na definição dos temas 888 e 942, que foram julgados com repercussão geral. O primeiro, em 2016, definiu que é legítimo o pagamento do abono de permanência ao servidor público que opte por permanecer em atividade após o preenchimento dos requisitos para a concessão da aposentadoria voluntária especial. Já o segundo, transitou em julgado no dia 4 de agosto de 2021 fixando “o direito à conversão, em tempo comum, do prestado sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou

a integridade física de servidor público decorre da previsão de adoção de requisitos e critérios diferenciados para a jubilação”.

Observando o que o STF definiu, renovada foi a esperança de que tais questões não mais necessitariam serem judicializadas, o que tem um impacto direto no tempo para concessão e garantia do direito, possibilitando que os servidores e servidoras pudessem, de forma simples e prática, usufruir do que lhes fora garantido com um simples requerimento que seria analisado e julgado administrativamente à luz do que definido pelo Supremo.

Infelizmente, a velocidade para se cumprir decisões favoráveis aos servidores e servidoras nunca é a mesma velocidade que se cumpre aquelas desfavoráveis, como o caso da definição de que não há garantia o regime jurídico que impacta diretamente e imediatamente a cada perversa reforma da previdência que, sempre sob o auspicioso argumento do equilíbrio de contas, reduz, viola e lesa, o direito ao projeto de vida dos servidores e servidoras que, em determinado momento da vida, optaram pelo serviço público ao invés da iniciativa privada, muitas vezes em prejuízo econômico, para buscar a realização da atividade sonhada e as garantias que vão se esvaindo ano após ano, provocando, inclusive, o fenômeno conhecido como fuga dos cérebros. Porém, esse debate já foge do que propomos neste escrito, razão pela qual voltamos ao tema.

De forma impressionante,

passado um ano da definição da matéria pelo STF, a decisão não é cumprida ainda no âmbito da UFG, em um primeiro momento, porque faltava formulário e regulamentação sendo que, após provocação do Adufg-Sindicato, foi devidamente regulamentado. Após regulamentado, como se a decisão pudesse não ser cumprida, veio outro obstáculo. Agora, pretende-se exigir a realização de análise quantitativa para validação do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) em determinados períodos, sendo que a própria UFG não dispõe dos meios para fazer tal avaliação.

A coisa fica ainda mais absurda quando lembramos que, em muitos casos, os locais de desempenhar as atividades já foram modificados ou, em alguns casos, sequer existem atualmente. A não ser que se disponha de uma máquina ou instrumental para se voltar no tempo, como será possível realizar uma análise quantitativa, por meio de medições, atualmente para atestar a exposição de décadas atrás, sendo que todas essas exposições estão devidamente documentadas, constam nas fichas de pagamentos os adicionais, consta registro de extensa produção que seria impossível sem a exposição. Há vários documentos que comprovam a exposição e toda atividade foi devidamente lançada nos SICADs e outros formulários que registram as atividades desempenhadas.

Como se nota, a exigência é totalmente desmedida, seja pelo fato de afrontar a lógica, de ser ilegal e por afrontar a conformação jurisprudencial da matéria, que já decidiu em vários casos que, em divergência do PPP e do laudo pericial, há prevalência da conclusão mais protetiva da saúde do trabalhador com fundamento no princípio da precaução. Toda essa demora custa muito caro para os servidores e servidoras, que mesmo já reunindo os requisitos para se aposentar com amparo constitucional, são obrigados a se manter em atividade enquanto filigranas são criadas para não se cumprir a decisão do STF, impactando todo um projeto de vida que já foi inúmeras vezes lesionado ao longo do desempenhar das atividades.

Diante desses fatos, se nos fosse possibilitado um pedido para comemorar o aniversário de um ano da decisão do STF no tema nº 942, desejamos que ela seja cumprida, sem a criação de requisitos e obstáculos desnecessários e de impossível cumprimento. Lembrando que, atrás de cada pedido, existe alguém que já entregou seus melhores anos de trabalho, energia e estudo, merecendo ter a opção de permanecer em atividade ou se aposentar, conforme esse servidor ou servidora prefira, prestigiando o projeto de vida das pessoas, respeitando a Constituição da República e o STF.



## INFORME JURÍDICO

### JUSTIÇA IMPEDE QUE UNIVERSIDADE ALTERE PROVENTOS DE PROFESSOR APOSENTADO

A Universidade Federal de Goiás (UFG), após mais de cinco anos da expedição de portaria de inatividade de professor sindicalizado, alterou a forma de cálculo de sua aposentadoria, causando substancial decréscimo nos proventos do docente, e cobrou as diferenças salariais supostamente pagas a maior.

Após atuação do Jurídico do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), o Poder Judiciário determinou, liminarmente, que a Universidade

restabelesse a forma de cálculo da aposentadoria realizado no ato de sua inatividade e suspendeu toda e qualquer cobrança.

O advogado Igor Escher explica que a aposentadoria é um ato complexo, ou seja, necessita de duas etapas para se tornar o que se denomina de ato jurídico perfeito. A primeira etapa é a expedição de ato administrativo pelo órgão em que o servidor estava lotado, no caso a UFG. A segunda é o julgamento e revisão desse ato pelo Tribunal de Contas, no caso o Tribunal de Contas da União.

Segundo ele, ainda que não se tenha essa segunda etapa, não pode a UFG rever seus próprios atos após o decurso de cinco anos da emissão da portaria, estando qualquer tentativa de revisão fulminada pela decadência. Transcorridos mais de cinco anos, a única forma de qualquer

revisão ocorrer é por ordem do TCU. Sem tal julgamento, a revisão perpetrada pela Universidade é ilegal, o que foi reconhecido e determinado pela Justiça Federal em Goiânia.

### APÓS MAIS DE 20 ANOS, PROFESSORA GARANTE AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO PARA PROGRESSÃO

Uma professora sindicalizada buscou auxílio do Jurídico do Adufg-Sindicato para que a UFG realizasse avaliações de desempenho para fins de progressão e promoção funcional após mais de 20 anos do interstício.

A UFG não realizou as avaliações de desempenho para fins de progressão vertical, hoje, denominada de promoção, ao nível 1 da Classe de Adjunto, apesar da docente ter completado o interstício de 24 meses no último nível da Classe de Assistente

em 2002, tendo sido promovida apenas quando concluiu o doutoramento, em 2008.

A UFG tinha, segundo o advogado Igor Escher, uma “lenda urbana” entre seu corpo técnico e docente, que exigia o título de doutor para que o professor fosse promovido à Classe de Adjunto, apesar da legislação exigir tal titulação apenas à Classe de Associado (hoje Classe D).

Em razão da ausência de negativa expressa do direito da professora, após o ingresso judicial, determinou-se que a UFG realizasse essas avaliações, corrigindo todas as progressões e promoções desde 2002, após aprovada nas respectivas avaliações de desempenho. Hoje, a professora está na Classe E (Titular), com data fixada desde 2018, quando pela contagem da UFG poderia ir somente em 2024.

## XVIII ENCONTRO NACIONAL DA PROIFES DISCUTE OS RUMOS DA EDUCAÇÃO

Após dois anos sem ocorrer de forma presencial, o XVIII Encontro Nacional da Proifes-Federação foi realizado em Natal (RN), entre os dias 12 e 14 de julho de 2022, reunindo convidados, palestrantes e representantes da diretoria e delegações de todos os sindicatos federados, entre eles o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato). Em pauta, estiveram assuntos relacionados às instituições federais de ensino superior, com o objetivo de contribuir para traçar diretrizes de atuação da Federação para o próximo período.

“Estamos vivendo um período de constantes ataques ao ensino nacional brasileiro, ausência de reajuste

salarial dos servidores e servidoras, além de investidas contra a nossa democracia. O encontro com dirigentes de diversas partes do país possibilitou uma troca saudável de ideias e, sem dúvidas, fortaleceu nossa luta”, afirma o presidente do Adufg, professor Geci Silva, que participou do evento.

Os representantes do Adufg-Sindicato e da Proifes-Federação também foram às ruas de Natal, no dia 15 de julho, para participar da marcha política e cultural de abertura da segunda edição da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape). Mais de cinco mil trabalhadores da educação de todo o País estiveram presentes no ato em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.



Foto: Erik Ely

## DESAFIOS DAS MULHERES CIENTISTAS SÃO DISCUTIDOS PELO ADUFG-SINDICATO EM GOIÂNIA, JATAÍ E CATALÃO



Foto: Erik Ely

Com o objetivo de mostrar que os caminhos da ciência são para todas as mulheres, independentemente do ponto de partida ou da disciplina a qual se dediquem, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) promoveu a exibição do documentário “Ciência: Luta de Mulher” na sede administrativa da entidade, em Goiânia, e nas sedes de Jataí e Catalão. O filme foi desenvolvido por meio de parceria entre Observatório do Conhecimento, Adufg e sindicatos de docentes de todo o Brasil.

Após a exibição do do-

documentário, foram realizados debates com mulheres cientistas que atuam na Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e Universidade Federal de Jataí (UFJ), de diversas unidades acadêmicas.

“Essa troca de experiências nos fortalece dentro do processo de elaboração do conhecimento. A presença dessas mulheres em debates tão enriquecedores é significativa para apontar novos caminhos para as instituições de ensino”, ressalta a 1ª vice-presidenta do Adufg-Sindicato, professora Luciene Dias.

## ADUFG-SINDICATO PARTICIPA DE COLETA DE ASSINATURAS DE CARTA PELA DEMOCRACIA

Representantes do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) participaram, no dia 10 de agosto de 2022, da coleta de assinaturas para a “Carta às brasileiras e aos brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito”. O documento foi elaborado pela Universidade de São Paulo (USP) com o objetivo de reforçar o chamamento à democracia, uma vez que o Governo Federal e seus apoiadores têm feito ataques ao sistema eleitoral do País. A coleta de assina-

turas reuniu lideranças goianas das mais diferentes áreas, como entidades sindicais e movimentos sociais.

Na ocasião, o presidente do Adufg-Sindicato, professor Geci Silva, ressaltou que a mobilização é fundamental para preservar os direitos de toda a sociedade. “O Adufg é defensor da democracia, da educação, das universidades e dos direitos dos trabalhadores. Fazer parte desse movimento é muito importante para preservar o sistema democrático brasileiro”, afirmou.



Foto: Erik Ely

# “APRENDI A TRABALHAR COM CRIATIVIDADE E SOU APAIXONADA PELOS MEUS ALUNOS”

FASCINADA POR TODAS AS FORMAS DE MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS, PROFESSORA ANA GUIOMAR CONTA PARTE DA SUA HISTÓRIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

Rafael Vaz

“Gosto muito de dar aula! Aprendi a trabalhar com criatividade e sou apaixonada pelos alunos. Eles me fazem me sentir sempre jovem”. A declaração é da professora Ana Guiomar Rêgo Souza, da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás (EMAC-UFG). No total, são 27 anos de história na instituição.

Ana Guiomar nasceu no Rio de Janeiro, morou em Aragarças, interior de Goiás, por pouco tempo, mas se mudou com os pais para Goiânia quando tinha pouco mais de um ano de idade. “Fomos morar abaixo da casa da Dona Diana, que é mãe da Dona Belquice, a fundadora do Conservatório da Escola de Música. Ao lado, morava a Elisabeth, que foi professora por muitos anos”, revela.

A paixão pelas artes começou ainda na infância. Aos nove anos, começou a estudar e entrou para o Conservatório de Música. Mais tarde, ingressou nos cursos de graduação, especialização e mestrado em áreas artísticas da UFG. “Sou apaixonada por música, história e pesquisa. Minha relação com as artes é interdisciplinar. Sempre atuei, também, na história cultural, na sociologia e na antropologia”, relata.

Quando chegou o momento de decidir qual graduação cursaria, Ana ficou em dúvida entre Música e Arquitetura. Decidiu pela primeira opção e, dois anos depois, também fez vestibular para Direito. “Cursei Direito e Música de forma simultânea, mas percebi que a carga era muito grande. No final da graduação em Música tomei a decisão de deixar o Direito e não voltei mais”.

Bacharel em Música, com habilitação em Instrumento Piano, Ana Guiomar trabalhou durante 15 anos na Mvsika, uma escola livre de música, dança, teatro e artes plásticas. Lá, ela lecionou para crianças com idade entre três e cinco



Foto: Erik Ely

anos, além de adolescentes. “Trabalhávamos em quatro áreas: música, dança, teatro e artes plásticas. Além disso, coordenei várias oficinas de criação montei espetáculos, toquei para balés e ministrei aulas de piano. Foi lá que, de fato, me tornei professora”.

O ingresso como docente na UFG ocorreu em 1995. Além de docente, também cursou mestrado em História Social da Música na instituição. Querendo sempre mais, fez doutorado em História Cultural na Universidade de Brasília (UnB). “Sempre trabalhei na área de Musicologia, com os fundamentos da pesquisa. Es-

tou dentro da Universidade a vida inteira”.

Na UFG, Ana Guiomar passou pelas mais diversas funções. Foi coordenadora do curso de licenciatura em Música e do curso de especialização em Processos Interdisciplinares em Artes. Durante oito anos – entre 2010 e 2018 -, foi diretora da Escola de Música e Artes Cênicas da instituição. Como gestora, criou vários laboratórios e oficinas. “Era algo que não fazia parte do projeto inicial, porém, transformamos um galpão em um prédio maravilhoso”.

Em 27 anos de história na UFG, a docente acumula vá-

rias lembranças. Um dos episódios mais marcantes, segundo ela, foi o reconhecimento de um dos alunos, que concluiu o doutorado e enviou a seguinte mensagem: “professora, obrigado por não desistir de mim”. Segundo ela, o recado jamais será esquecido. “Isso é muito gratificante. Meus alunos passaram pela graduação, mestrado e doutorado. Lembro de quando eles eram ‘meninos’ como se fosse ontem”.

Dentro e fora do ambiente acadêmico, a professora defende o acesso universal da população à cultura. “Se a arte não é compartilhada com todos, acaba se tornando uma atividade que só está no papel ou em algum ambiente pequeno. As atividades culturais e artísticas precisam ser compartilhadas com todas as pessoas”.

Outro momento marcante, porém nada feliz, foi a morte de um dos alunos. “Foi meu orientando de TCC. Sempre tivemos muito contato e ele era um músico excepcional. Conversávamos muito”, recorda. Também é marcante a parceria com um professor de Portugal. A docente fez contato profissional na Universidade de Évora, por meio de Eduardo Lopes, que veio para a UFG como professor visitante na gestão de Ana à frente da EMAC. “Passamos a ter uma ligação muito grande de trabalho e amizade”, diz.

Fora do trabalho, Ana Guiomar gosta de ler, viajar e assistir filmes. Já visitou, entre outros lugares, Estados Unidos, Canadá e Portugal. “Um dos meus sobrinhos tem casa em Braga. Então, consigo ir com mais frequência para lá”. A família também é uma das paixões de Ana. “Não tive filhos, mas tenho 12 sobrinhos e 23 sobrinhos-netos. Um dos meus sobrinhos, inclusive, foi criado por mim. Por muito tempo, minha casa foi uma espécie de casa de avó”, define.